

STJ00098389

Marco Vinicio Petrelluzzi

Rubens Naman Rizek Junior

LEI ANTICORRUPÇÃO

ORIGENS, COMENTÁRIOS E ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO CORRELATA

2014





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistente editorial Olívia de Quintana Figueiredo Pasqualoto

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Albertina Piva

Arte e diagramação Isabela Agrelo Teles Veras

Revisão de provas Ana Beatriz Fraga Moreira

Claudete da Fonseca Rebelo

Ivone Rufino Calabria

Serviços editoriais Camilla Artoli Loureiro

Tatiana dos Santos Romão

Capa Casa de Ideias/Daniel Rampazzo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Paym

Acabamento Gráfica Paym

ISBN 978-85-02-22434-6

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Petreluzzi, Marco Vinício

Lei Anticorrupção : origens, comentários e análise da legislação correlata / Marco Vinício Petreluzzi, Rubens Naman Rizek Junior. — São Paulo : Saraiva, 2014.

1. Anticorrupção — Leis e legislação 2. Corrupção administrativa 3. Direito administrativo 4. Responsabilidade administrativa 5. Responsabilidade civil I. Rizek Junior, Rubens Naman II. Título.

14-02291

CDU-35 (81) (094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Anticorrupção : Direito administrativo
35 (81) (094)

Data de fechamento da edição: 19-3-2014

Dúvidas?

Accesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

137.909.001.001

10009866

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO	13
INTRODUÇÃO.....	17
I – A CORRUPÇÃO.....	19
1. Conceito	19
2. Custo social e político da corrupção	21
3. Panorama Internacional	22
3.1. O Foreign Corrupt Practice Act – FCPA e a atuação dos Estados Unidos da América do Norte.....	23
3.2. A Convenção da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE	25
3.3. Marcos legais contra a corrupção da União Europeia	26
3.4. Outros diplomas internacionais.....	27
II – LEGISLAÇÃO BRASILEIRA ANTICORRUPÇÃO	30
1. Histórico.....	30
2. A Lei da Ação Popular	31
3. A Lei da Ação Civil Pública	33
4. A Lei de Improbidade Administrativa – Lei n. 8.429/92.....	35
4.1. Natureza jurídica e alcance da Lei de Improbidade Administrativa.....	35
4.2. Sujeitos ativos do ato de improbidade	36
4.3. Caracterização e tipologia dos atos de improbidade.....	37
4.4. Elemento subjetivo nos atos de improbidade	39
4.5. Sanções e sua dosimetria na Lei de Improbidade Administrativa.....	40
5. Outros marcos legais de combate à corrupção	41
6. Normas penais anticorrupção.....	42
6.1. O Código Penal	42

6.2. Os crimes da Lei de Licitações	44
6.3. A Lei de Lavagem de Dinheiro	44
6.4. A nova Lei das Organizações Criminosas – Lei n. 12.850/ 2013	46
6.5. O alcance limitado do Direito Penal em relação à corrup- ção no Brasil	49
III – COMENTÁRIOS À LEI N. 12.846/2013	51
1. Responsabilidade civil e responsabilidade administrativa	51
2. Responsabilidade objetiva	53
3. Bem jurídico tutelado pela Lei n. 12.846/2013	54
4. Sujeitos ativos e passivos	54
5. Da pessoa jurídica beneficiada	59
6. Da independência das sanções em relação às pessoas naturais	60
7. Das alterações contratuais e do grupo econômico	61
8. Atos lesivos à administração pública	62
9. Sanções administrativas	70
9.1. Da multa	70
9.2. Da publicação extraordinária da decisão	72
9.3. Dosimetria	74
10. Programas de <i>compliance</i>	76
11. Do processo administrativo	77
11.1. Da competência	78
11.2. Da delegação	81
11.3. A Controladoria-Geral da União e os órgãos de controle interno	81
11.4. Da condução do processo	85
12. Desconsideração da personalidade jurídica	87
13. Do conhecimento ao Ministério Público	89
14. O acordo de leniência	91
14.1. Requisitos para a celebração do acordo	92
14.2. Consequências do acordo de leniência	93
14.3. Efeitos do acordo de leniência para o grupo econômico	94
14.4. Quem pode celebrar o acordo de leniência	94
14.5. Descumprimento e reiteração do acordo de leniência...	95

15. Responsabilização judicial	96
15.1. Legitimação ativa.....	97
15.2. Das sanções.....	97
15.3. Rito processual.....	100
16. Outras disposições.....	101
16.1. Dos cadastros de empresas e sua representação.....	101
16.2. Da destinação dos valores arrecadados.....	102
17. Da prescrição	103
18. Da representação das pessoas jurídicas.....	104
19. Da responsabilidade das autoridades	104
20. Fato ocorrido no estrangeiro.....	104
21. Da independência das sanções e competências.....	105
IV – CONCLUSÕES.....	106
REFERÊNCIAS	109
LEI N. 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013	113